

escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins de infância, da rede pública da cidade de Lisboa, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Grilo
pág. 972 (410)

- **Deliberação n.º 195/AML/2019 - Proposta n.º 247/CM/2019** - Repartição de encargos e assunção de Compromissos Plurianuais, para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022, no âmbito do Concurso Público para «Aquisição de serviços de reparação de suspensões em viaturas da Frota Municipal», nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Carlos Manuel Castro
pág. 972 (456)

- **Deliberação n.º 196/AML/2019 - Apreciação do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 249/CM/2019** - Repartição de encargos e assunção de Compromissos Plurianuais, para os anos económicos de 2020 a 2022, no âmbito do Concurso Público para a aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da Frota Municipal de marca IVECO, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Carlos Manuel Castro
pág. 972 (457)

- **Deliberação n.º 197/AML/2019 - Apreciação do ponto 3 da parte deliberativa da Proposta n.º 271/CM/2019** - Repartição dos encargos e assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito do Protocolo do Quadro de Cooperação relativo ao Projeto da Obra Completa Pombalina, para os anos económicos 2019 a 2023, nos termos da proposta - Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto
pág. 972 (502)

66.ª Reunião / Sessão Ordinária de abril (3.ª Reunião) - Realizada em 2019/04/30 - 3.º Extrato parcial:

- **Deliberação n.º 198/AML/2019 - Proposta n.º 246/CM/2019** - Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito do Concurso público para a «Aquisição de mobiliário escolar para jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo, da rede pública da cidade de Lisboa», para os anos de 2019 e 2020, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Grilo
pág. 972 (532)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

66.ª Reunião / Sessão Ordinária de abril (3.ª Reunião) - Realizada em 2019/04/30 - 2.º Extrato parcial

DELIBERAÇÃO N.º 190/AML/2019

Voto n.º 066/01 - “Voto de Pesar pelo filantropo Franz Weber”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovado por unanimidade

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário)

(Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Voto de Pesar pelo filantropo Franz Weber

No passado dia 3 de abril de 2019, morreu o filantropo Franz Weber. Nascido a 27 de julho de 1927, em Basileia, na Suíça, foi jornalista e repórter e dedicou a maior parte da sua vida à defesa de causas como a proteção ambiental e animal.

Sendo um interessado em ecologia e conservação, tornou-se numa referência incontornável na proteção e defesa do meio ambiente e dos animais, criando em 1975 a Fundação com o seu nome – Fundação Franz Weber (FFW).

Entre os muitos exemplos da sua intervenção, destaca-se a defesa do Vale Engadina dos Lagos, através do qual conseguiu que o Governo Federal Suíço declarasse aquela zona como uma “Região de Conservação Nacional”, que ficou assim sob a proteção do Estado.

4. A competência para a decisão de contratar, para efeitos do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos doravante CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, cabe ao Exmo. Sr. Vereador Carlos Manuel Castro;
5. A abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico, designadamente com a aquisição de serviços, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º, n.ºs 1 e 6 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
6. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental que se repercute em mais de um ano económico, não estando prevista em Plano Plurianual por se tratar de despesa corrente;
7. A assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, está sujeita à autorização prévia pela Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

Submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022, autorizando ainda a que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano de termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos efetivamente verificados, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea dd) e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 24.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia para “Aquisição de serviços de reparação de suspensões em viaturas da frota municipal” limitado ao valor máximo de 342.000,00€, IVA não incluído para os seguintes anos económicos da seguinte forma:

Ano	Valor s/ IVA (€)	IVA (23%)	TOTAL (€)
2019	19.000,00	4.370,00	23.370,00
2020	114.000,00	26.220,00	140.220,00
2021	114.000,00	26.220,00	140.220,00
2022	95.000,00	21.850,00	116.850,00
Total	342.000,00	78.660,00	420.660,00

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.02.19 (assistência técnica) da orgânica S19.02.

DELIBERAÇÃO N.º 196/AML/2019

Apreciação do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 249/CM/2019 – Repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2020 a 2022, no âmbito do concurso público, para a aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Carlos Manuel Castro

Votação na CML:

Aprovada por unanimidade

Votação na AML:

Aprovada por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ CDS-PP/ BE/ PEV/ PPM/ 8 IND – **Abstenção:** PAN

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário nestas votações)

(Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Com a necessária correção dos erros materiais, abaixo identificados:

No considerando 9:

Onde se lê:

“(…) da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 (…)”

Deve ler-se:

“(…) da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013 (…)”

No corpo deliberativo:

Onde se lê:

“(…) ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013 (…)”

Deve ler-se:

“(…) ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 (…)”

No ponto 7 da parte deliberativa:

Onde se lê:

“(…) com a alínea dd) e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (…)”

Deve ler-se:

“(…) com a alínea dd) e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (…)”

PROPOSTA N.º 249/2019

-Retificada-

ASSUNTO: Deliberação de autorização da decisão de contratar e da realização da despesa por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para a “aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO” e submissão à Assembleia Municipal para autorização de repartição de encargos plurianuais para os anos económicos de 2020 a 2022, bem como, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, de ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos efetuados e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos para os mesmos anos, nos termos da proposta (Processo n.º 6136/CML/19).

PELOURO: Frota - Vereador Carlos Manuel Castro

SERVIÇO: DMHU/DRMM

Considerando:

1. A necessidade de se garantir a operacionalidade da frota municipal de viaturas pesadas;
2. A necessidade de aquisição de peças e componentes originais para as intervenções de manutenção e reparação das viaturas IVECO pertencentes à Frota Municipal;
3. Que a Câmara Municipal de Lisboa dispõe de uma frota de viaturas IVECO com um total de, nesta data, 146 viaturas, 88 das quais destinadas ao serviço de Recolha de Resíduos Sólidos, das quais 54 movidas a Gás Natural Comprimido (GNC);
4. Que se verificou, nos últimos anos, um aumento superior a 30 % do valor consumido em peças, resultante do aumento da idade média da frota de viaturas IVECO, termo de garantias, opção gestionária e obediência aos princípios contidos na Lei que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2019;
5. Que se prevê que ocorra, nos próximos anos, uma maior estabilidade na evolução dos valores de consumo em peças, face à estabilização das medidas adotadas em anos anteriores;
6. Que se verificou, em 2017, um consumo anual de 360.000,00€, e em 2018 um consumo de 414.500,00€, sendo que o valor de 2018 reflete também a aquisição de artigos cuja necessidade se manifestou em 2017, mas que só foi possível satisfazer neste ano;
7. Que atendendo ao objeto do presente procedimento, a cindibilidade do mesmo em lotes causaria graves inconvenientes ao nível da eficiência da operacionalização do contrato, designadamente do ponto de vista da gestão do mesmo;
8. Que a presente proposta cumpre com os princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis n.º 23/2003, de 2 de julho, n.º 48/2004, de 24 de agosto, n.º 48/2010, de 19 de outubro, n.º 22/2011, de 20 de maio, e n.º 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente os princípios da economia, eficiência e eficácia, que devem caracterizar a assunção de compromissos e a realização de despesa;
9. A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, aprovação das respetivas peças, autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar cabe à Câmara Municipal, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 30 de março de 2011;
10. Que a despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico, não estando prevista em Plano Plurianual;

11. Que a competência para autorizar a repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais cabe à Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 24.º com a alínea f), alínea dd) e alínea cce) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril:

1. Autorizar a decisão de contratar e a realização da despesa, através de um procedimento de contratação por Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para viaturas da frota municipal de marca IVECO”, com a duração de três anos, até ao valor máximo de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 276.000,00€ (duzentos e setenta e seis mil euros), totalizando o valor de 1.476.000,00€ (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil euros), ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º ambos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação em vigor, conjugados com a alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do mesmo Código;
2. Aprovar as minutas do Programa do Procedimento, do Caderno de Encargos e do Anúncio em anexo, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;
3. Autorizar a designação do júri do presente concurso, de acordo com n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, tendo o mesmo a seguinte constituição:

Membros Efetivos:

- Presidente: Pedro Vitorino, Técnico Superior (DMHU/NA);
- 1.º Vogal efetivo: Nuno Rodrigues, Técnico Superior (DMHU/NJ);
- 2.ª Vogal efetiva: Ana Oliveira, Técnica Superior (DMF/DA/DCP).

Membros suplentes:

- 1.º Vogal suplente: José Calvo, Técnico Superior (DMHU/DRMM/DMF);
- 2.ª Vogal suplente: Filomena Pedro, Técnica Superior (DMHU/NJ);
- 3.ª Vogal suplente: Ana Domingues, Técnica Superior, (DMF/DA/DCP);
- 4.ª Vogal suplente: Ana Pereira, Técnica Superior, (DMF/DA/DCP).

O 1.º Vogal efetivo substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

4. Designar como Responsáveis do Procedimento, para efeitos de condução do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” e para cumprimento do exigido, entre outros nos art.º 53.º n.º 7, 54.º, 60.º e 61.º n.º 1 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, o Técnico Superior João Cachinho e como seu suplente a Técnica Superior Sónia Cotrim, ambos da Direção Municipal de Higiene Urbana.
5. Designar, como Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato e para cumprimento do exigido no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o Técnico Superior Pedro Vitorino, da Direção Municipal de Higiene Urbana;
6. Autorizar, nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 109.º e do n.º 2 do artigo 69.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, que seja delegado no júri do concurso a competência para a resposta a pedidos de esclarecimentos, bem como para notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante, que apreciem questões que decorram no procedimento, anteriores ao relatório final;

7. Submeter à Assembleia Municipal a prévia autorização da repartição de encargos e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2020, 2021 e 2022, bem como para, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos efetuados, no âmbito do concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º com a alínea dd) e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do concurso público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO, até ao valor máximo de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 276.000,00€ (duzentos e setenta e seis mil euros), totalizando o valor de 1.476.000,00€ (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil euros), para os seguintes anos económicos da seguinte forma:

ANO	Valor s/ IVA (€)	IVA (€)	Valor c/ IVA (€)
2020	400.000,00	92.000,00	492.000,00
2021	400.000,00	92.000,00	492.000,00
2022	400.000,00	92.000,00	492.000,00
TOTAL	1.200.000,00	276.000,00	1.476.000,00

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.01.12 (material de transporte - peças) da orgânica S19.02.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Finanças
Departamento de Aprovisionamentos
Divisão de Contratação Pública

ANÚNCIO

PROCESSO N.º14/CPI/DA/DCP/2018

Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da Frota Municipal de marca IVECO

A – ANÚNCIO DO DIÁRIO DA REPÚBLICA

1. Identificação e contactos da entidade adjudicante

Designação da entidade adjudicante	Município de Lisboa
NIPC	500051070
Serviço/Órgão/Pessoa de contacto	Direção Municipal de Higiene Urbana, Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Endereço	Avenida Infante D. Henrique, Lote 1
Código Postal	1800-220 Lisboa
Localidade	Lisboa
País	Portugal
NUT III	PT170
Distrito	Lisboa
Concelho	Lisboa
Freguesia	Santa Maria dos Olivais
Endereço eletrónico	dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt

2. Objeto do contrato

Designação do contrato	Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da Frota Municipal de marca IVECO
Descrição sucinta do objeto do contrato	Aquisição peças marca IVECO
Tipo de contrato	Aquisição de bens
Preço base do procedimento	sim
Valor do preço base do procedimento	1.200.000,00€
Classificação CPV – Vocab. principal	34300000-0, "Peças e acessórios para veículos e seus motores"

3. Indicações adicionais

Referência interna	Proc. n.º 14/CPI/DA/DCP/2019
O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)	não
Contratação por lotes	não
O contrato é adjudicado por uma Central de Compras	não
O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro	não
É utilizado um leilão eletrónico	não
É adotada uma fase de negociação	não
4. Admissibilidade da apresentação de propostas variantes	não

5. Local da execução do contrato

País	Portugal
NUT III	PT 170
Distrito	Lisboa
Concelho	Lisboa
Freguesia	Santa Maria dos Olivais

6. Prazo de execução do contrato			
Prazo	3 anos		
O contrato é passível de renovação		não	
N.º máximo de renovações	0		
7. Documentos de habilitação			
Habilitação para o exercício da atividade profissional			não
Contrato reservado a entidades com objetivo principal de integração deficientes/desfavorecidos			não
8. Acesso às peças do concurso, pedidos de participação e apresentação de propostas			
Designação do serviço para consulta	Divisão de Contratação Pública		
Endereço	Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso, Bloco A		
Código postal	1749-099		
Localidade	Lisboa		
Endereço eletrónico	dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt		
Plataforma utilizada	Academia de informática (http://www.acingov.pt/acingov/)		
9. Prazo para apresentação das propostas			
Até às 23:59 do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação			
10. Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas			
180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas			
11. Critério de adjudicação			
Melhor relação qualidade preço		sim	
Nome	Preço total anual dos artigos constantes do Anexo IV		
Ponderação	75%		
Nome	Prazo máximo de entrega		
Ponderação	15 %		
Nome	Desconto sobre a tabela PVP		
Ponderação	10%		
12. Prestação de caução			sim
Percentagem	5 %		
13. Identificação e contactos do órgão de recurso administrativo			
Designação	Câmara Municipal de Lisboa		
Endereço	Campo Grande, n.º 25. 9.º Piso, Bloco A		
Código Postal	1749-099		
Localidade	Lisboa		
Endereço eletrónico	dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt		
Prazo de interposição do recurso	5 dias		
14. Data de envio do anúncio para publicação no Diário da República		Preenchimento automático pela INCM	
15. O procedimento a que o anúncio diz respeito também é publicado no JOUE		sim	
16. Serão utilizados critérios ambientais			não
17. Identificação do autor do anúncio			
Nome, Cargo	Isabel Camacho, Chefe de Divisão de Contratação Pública		

B – ELEMENTOS ADICIONAIS PARA O ANÚNCIO DO JOUE

Tipo de contrato		
Aquisição de bens		
Descrição resumida: Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da Frota Municipal de marca IVECO		
Admissibilidade da apresentação de propostas variantes		não
Divisão em Lotes		não
Contrato relacionado com projeto e/ou programa financiado por fundos da UE		não

D – OBSERVAÇÕES FINAIS

Preenchido por Ana Oliveira

Em 21/03/2019



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Concurso Público n.º 14/CPI/DA/DCP/2018

com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as
viaturas da frota municipal de marca IVECO

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Cláusula 1.ª Objeto	
Cláusula 2.ª Preço base	
Cláusula 3.ª Contrato	
Cláusula 4.ª Vigência do contrato	
Cláusula 5.ª Obrigações principais do Cocontratante	
Cláusula 6.ª Entrega dos bens pelo Cocontratante	
Cláusula 7.ª Conformidade e operacionalidade dos bens	
Cláusula 8.ª Patentes, licenças e marcas registadas	
Cláusula 9.ª Dever de sigilo	
Cláusula 10.ª Atualizações jurídico-comerciais	
Cláusula 12.ª Preço contratual e preço a pagar	
Cláusula 13.ª Faturas e condições de pagamento	
Cláusula 14.ª Gestor do contrato	
Cláusula 15.ª Sanções contratuais	
Cláusula 16.ª Força maior	
Cláusula 17.ª Cessão da posição contratual por incumprimento do Cocontratante	
Cláusula 18.ª Resolução por parte do Contraente Público	
Cláusula 19.ª Resolução por parte do Cocontratante	
Cláusula 20.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	
Cláusula 21.ª Comunicações e notificações	
Cláusula 22.ª Contagem dos prazos	
Cláusula 22.ª Foro competente	
Cláusula 24.ª Legislação aplicável	
ANEXO I Listagem de Veículos da Frota Municipal de marca IVECO	

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a "Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para viaturas da frota municipal de marca IVECO".
2. Por "viaturas da frota municipal de marca IVECO" deve entender-se o conjunto de viaturas e equipamentos constante do Anexo I ao presente Caderno de Encargos e outras da mesma categoria que o Contraente Público venha a adquirir até ao fim do prazo de duração do contrato.
3. O termo "peças" compreende peças, componentes e acessórios.

Cláusula 2.^a

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor máximo admitido para o somatório dos preços totais das peças elencadas no Anexo IV do programa do procedimento é de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2/10 e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e respetivas Declarações de Retificação.

Cláusula 4.ª

Vigência do contrato

1. O contrato tem a duração de 3 (três) anos a contar da data da comunicação ao Cocontratante, pelo Contraente Público, da obtenção do visto do Tribunal de Contas, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato considera-se cumprido e, em consequência, extinto, se antes do decurso do prazo referido, se tiver procedido ao integral pagamento do preço contratual.
3. No caso de o preço contratual não ser atingido durante a respetiva vigência, o Cocontratante não tem direito a qualquer indemnização.
4. O presente contrato está sujeito a visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Cocontratante, nomeadamente, as seguintes obrigações principais:
 - a) Proceder ao fornecimento de peças originais, da marca em questão, integradas na frota municipal, requisitadas pelo Contraente Público, ao longo do período contratado;
 - b) O Cocontratante fornecerá orçamentos prévios aos fornecimentos, sempre que for solicitado pelo Contraente Público, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;
 - c) As dúvidas que o Cocontratante tenha sobre peças originais a fornecer devem ser submetidas à consideração do Contraente Público;
 - d) O esquema de revisão de preços, em caso algum, poderá ser superior à taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), sem habitação, em Portugal, publicada pelo INE;

- e) Em caso de revisão de preços, previamente comunicada, é obrigatório o envio da tabela de preços em vigor, conforme Anexo IV do Programa de Procedimento, integralmente preenchida, da qual se obterá a variação média dos preços. Após verificação do mesmo, a tabela será aplicada nas encomendas seguintes.
2. A não apresentação de qualquer esquema de revisão de preços, no âmbito da alínea d) da Minuta da Proposta (Anexo II ao Programa de Procedimento), implica que os preços apresentados não devem sofrer qualquer aumento até ao fim do contrato.
 3. **Caso o Contraente Público pretenda adquirir peças ainda não incluídas na tabela em vigor (conforme Anexo IV do Programa de Procedimento), o Cocontratante deve fornecer, preferencialmente em suporte digital, tabela de preços de venda ao público (PVP) dessas peças, IVA não incluído.** Em alternativa, caso disponha de sistema de consulta via internet, pode fornecer acesso ao mesmo, desde que, por esse meio, seja possível consultar e exportar a informação referida.
 4. Sempre que o Contraente Público venha a proceder à aquisição de peças para viaturas da Frota Municipal não incluídos na tabela de preços em vigor (conforme Anexo IV do Programa de Procedimento) e que se enquadrem no objeto do fornecimento, o Cocontratante fica obrigado a aplicar, no mínimo, o desconto, definido na proposta, sobre a tabela de PVP a que se refere o n.º 3 da presente cláusula, e a atualizar a tabela de preços em vigor com a inclusão dos novos produtos.
 5. No início de cada ano civil, deve ser apurado e aplicado o desconto comercial (*rappel*) sobre o montante total faturado durante o ano civil anterior, em conformidade com o apresentado pelo adjudicatário na sua proposta. Para este efeito, entende-se por *rappel* a concessão, pelo adjudicatário, de um crédito ao Contraente Público caso este atinja em cada ano civil determinado objetivo de faturação, estabelecido em função de um ou mais escalões de objetivos anuais, a que correspondem outros tantos créditos, progressivos, definidos em percentagem de cada objetivo de faturação anual. Quando determinado escalão é atingido, a percentagem de *rappel* aplica-se ao montante total faturado no ano civil anterior.
 6. **O Cocontratante deve disponibilizar ao Contraente Público meios para identificação das peças** para viaturas de marca, a partir dos números do chassis das viaturas ou outro, seja através da cedência de um “*software* de identificação de peças”, através de “acesso a uma plataforma disponível na internet” ou outro, a especificar.
 7. O Cocontratante deve fornecer, em regime de comodato, dois equipamentos de identificação de avarias e garantir a sua atualização durante a vigência do contrato, incluindo a troca dos equipamentos sempre que tal se justificar.
 8. O Cocontratante dará apoio / acompanhamento técnico durante a vigência do contrato.
 9. O Cocontratante será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Contraente Público e a terceiros que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato.
 10. O Cocontratante é ainda responsável, nomeadamente, por:
 - a) Cumprir as cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;

- b) Atuar de acordo com a legislação portuguesa;
- c) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares dos documentos patenteados no procedimento e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a execução do Contrato;
- d) Respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens pelo Cocontratante

1. As peças devem ser entregues pelo Cocontratante, no prazo máximo definido na proposta adjudicada, o qual deve ser igual ou inferior a 5 dias úteis, no armazém da Divisão de Manutenção de Frota, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa.
2. O prazo de entrega conta-se a partir da receção por fax ou correio eletrónico da respetiva nota de encomenda e não pode ser superior ao prazo indicado no contrato.
3. As peças devem ser entregues dentro do horário normal de expediente do Contraente Público (das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00).
4. As entregas são parciais e de acordo com as necessidades dos serviços e só são efetuadas mediante comunicação escrita prévia do Contraente Público.
5. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Contraente Público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
6. Todas as despesas e custos com o transporte e entrega dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Cocontratante.
7. Os riscos das operações de acondicionamento, embalagem e transporte, carga e descarga para os locais de entrega serão da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.
8. A entrega será sempre acompanhada de guia de remessa ou documento legalmente exigido, devidamente numerada, da qual constará designadamente:
 - a) A data de entrega;
 - b) A identificação do Cocontratante;
 - c) A identificação do Contraente Público;
 - d) A data e hora de encomenda;
 - e) O número de requisição do Contraente Público;
 - f) A identificação do concurso ao abrigo do qual é feito o fornecimento;
 - g) A identificação dos bens entregues.

9. A cópia de guia de remessa ou documento legalmente exigido, assinado e carimbado pelo Contraente Público, fica na posse do Cocontratante, constituindo prova bastante da entrega dos bens, após boa conferência pela mesma.
10. A falta de cumprimento do disposto nos pontos anteriores torna o Cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Cocontratante garante a conformidade e a operacionalidade dos bens em função das características, especificações e requisitos técnicos constantes do presente Caderno de Encargos.
2. O prazo de garantia é igual ao apresentado na proposta, o qual deve ser superior ou igual a 2 (dois) anos, a contar desde a data da receção, e de acordo com os números seguintes, sem prejuízo do desgaste normal de utilização.
3. A garantia prevista no número anterior abrange todo o objeto do fornecimento, sem limitações.
4. No prazo máximo de 4 (quatro) dias, a contar da data em que o Contraente Público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o cocontratante, para efeitos da respetiva correção.
5. O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, no que se refere aos elementos entregues ao Contraente Público, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.
2. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a

Atualizações jurídico-comerciais

1. O Cocontratante deve comunicar ao Contraente Público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O Cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 11.^a

Responsabilidade do Cocontratante

1. O Cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao Contraente Público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.
2. O Cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.

Secção II

Obrigações do Contraente Público

Cláusula 12.^a

Preço contratual e preço a pagar

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante, em função do tipo e quantidade de bens efetivamente fornecidos ao Contraente Público, os preços unitários propostos pelo Cocontratante, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual é de 1.200.000€ (um milhão e duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a

Faturas e condições de pagamento

1. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25, 8.º piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente, sob pena de devolução da mesma, o respetivo número de compromisso e o número de encomenda.
2. As faturas referentes aos bens fornecidos no âmbito do contrato e entregues de acordo com as solicitações do Contraente Público só podem ser emitidas após a aceitação dos bens por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis a que se destinam (Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica).
3. O prazo para pagamento das faturas é de trinta dias a contar da data da receção das mesmas nos serviços do Contraente Público.
4. Em caso de discordância, por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou de nota de crédito/débito, consoante o caso.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 14.^a

Gestor do contrato

De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o Contraente Público designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

Capítulo III

Sanções contratuais e resolução

Cláusula 15.^a

Sanções contratuais

1. O Cocontratante está sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos bem como às sanções pecuniárias previstas na presente cláusula.
2. As sanções pecuniárias, referidas no número anterior, não obstam a que o Contraente Público possa exigir ao Cocontratante uma indemnização pelos danos emergentes, a fixar em função da gravidade do incumprimento.
3. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do Contrato, serão aplicadas as seguintes sanções:
 - a) No primeiro período de 10 (dez) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 1 ‰ (um por mil) do preço contratual por cada dia de atraso;
 - b) A partir do 11.º (décimo primeiro) dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual por cada dia de atraso.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, o Contraente Público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária que, no limite, poderá ser igual a 20% do preço contratual.
5. Ao valor da sanção pecuniária, prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo do n.º 3, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução do contrato.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
7. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 16.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

Cessão da posição contratual por incumprimento do Cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Cocontratante deve, caso o Contraente Público assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo Contraente Público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o Contraente Público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do Cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6. As obrigações assumidas pelo Cocontratante, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo Cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo Contraente Público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do Cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente, no caso de incumprimento das características técnicas dos bens objeto do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Cocontratante por via postal, através de carta registada com aviso de receção, ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Contraente Público, nos termos gerais de direito.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.
4. O direito de resolução é exercido por via judicial, à exceção da situação prevista no n.º 1 da presente cláusula.

Capítulo IV
Disposições finais

Cláusula 20.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante carecem de autorização, por escrito, do Contraente Público, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Nos casos de subcontratação, o Cocontratante permanece integralmente responsável perante o Contraente Público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
3. A cessão da posição contratual, pelo Contraente Público, só poderá ser recusada, pelo Cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º do CCP.

Cláusula 21.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, ou seja:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. As partes devem identificar no contrato as informações de contato dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.
4. O Cocontratante deve apresentar documento em que conste a identificação e contacto(s) do(s) elemento(s) responsável(eis) perante o Contraente Público e o horário de funcionamento dos serviços responsáveis pelo fornecimento de peças objeto do presente contrato, o qual deve cobrir, no mínimo, o horário de expediente dos respetivos serviços do Contraente Público.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar no dia seguinte à comunicação da ocorrência efetuada pelo Contraente público ao Cocontratante;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados;

- c) Quando o último dia do prazo, for sábado, domingo ou feriado ou dia em que os serviços do Contraente Público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 22.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.

ANEXO I

Listagem de Veículos da Frota Municipal de marca IVECO

Modelo	Ano	Quant.	Categoria
AD 190T36	2013	2	Pesado
CC 80E18M F	1999	1	Pesado
Daily 29L 12 C	2003	6	Ligeiro
Daily 35 C 11D	1999	4	Ligeiro
Daily 35 C 11D	2000	3	Ligeiro
Daily 35 C 12D	2003	8	Ligeiro
Daily 35 C 13D	2003	2	Ligeiro
Daily 35 C 14	2016	2	Ligeiro
Daily 35 C 14	2017	2	Ligeiro
Daily 35 C 15V	2003	2	Ligeiro
Daily 35 S 10V	2003	3	Ligeiro
Daily 35 S 12V	2008	1	Ligeiro
Daily 35 S 13V	2016	1	Ligeiro
Daily 35 S 14V	2017	1	Ligeiro
Daily 35 S 16V	2016	1	Ligeiro
Daily 35 S 16V	2017	1	Ligeiro
Daily 65 C 15D	2003	1	Pesado
Daily 65 C 17V	2006	1	Pesado
Eurocargo ML 100EP18 B	2008	1	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2006	6	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2007	1	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2009	2	Pesado
Eurocargo ML 100E18 B	2009	3	Pesado
Eurocargo ML 100E18 P	2012	4	Pesado
Eurocargo ML 120EL19	2017	7	Pesado
Eurocargo ML 150E18 D E2	1999	4	Pesado
Eurocargo ML 150E18 D E2	2000	3	Pesado
Eurocargo ML 150E21 D	2003	5	Pesado
Eurocargo ML 150E24 D	2003	1	Pesado
Eurocargo ML 150E24 D	2012	2	Pesado
Eurocargo ML 160E22 D	2007	1	Pesado
Eurocargo ML 75E15 C	2003	1	Pesado
Eurocargo ML 75E16 C E4	2007	1	Pesado
Eurocargo MLC 100EP18 A E5	2012	2	Pesado
Eurocargo MLC 100EP18 B E5	2012	2	Pesado
Eurocargo MLC 100EP19	2016	2	Pesado

Modelo	Ano	Quant.	Categoria
Eurocargo MLC 100EP19	2017	8	Pesado
Eurocargo MLC 150E18 B E5	2012	2	Pesado
Eurotech MH 190E24 (4x2)	2002	1	Pesado
Eurotech MH 260E31Y/TNRD (6x2)	1999	1	Pesado
Eurotech MH 260E31Y/TNRF (6x2)	1999	2	Pesado
Eurotech MP 190E26P C GNC	2006	3	Pesado
Eurotech MP 190E26P C GNC	2007	10	Pesado
Stralis AD190S27 C GNC	2009	25	Pesado
Stralis AD190S27 C GNC	2012	15	Pesado
397E12.35	2004	1	Pesado
397E12.43	2003	1	Pesado
397E12.43	2004	1	Pesado



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Concurso Público n.º 14/CPI/DA/DCP/2018

com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as
viaturas da Frota Municipal de marca IVECO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto do concurso	
Artigo 2.º Entidade adjudicante	
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	
Artigo 4.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento	
Artigo 6.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	
Artigo 7.º Concorrentes	
Artigo 8.º Agrupamentos	
Artigo 9.º Proposta e documentos	
Artigo 10.º Propostas variantes	
Artigo 11.º Modo de apresentação das propostas	
Artigo 12.º Prazo para apresentação de propostas	
Artigo 13.º Abertura de propostas	
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta	
Artigo 15.º Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas	
Artigo 16.º Critério de adjudicação	
Artigo 17.º Esclarecimentos e suprimientos das propostas	
Artigo 18.º Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final	
Artigo 19.º Adjudicação	
Artigo 20.º Documentos de habilitação e modo de apresentação	
Artigo 21.º Caução	
Artigo 22.º Minuta e outorga do contrato	
Artigo 23.º Despesas e encargos	
Artigo 24.º Impugnações administrativas	
Artigo 25.º Prevalência	
Artigo 26.º Possibilidade de adoção de ajuste direto	
Artigo 27.º Legislação aplicável	
ANEXO I Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD)	
ANEXO II Minuta da Proposta	
ANEXO III Modelo de Avaliação de Propostas	
ANEXO IV Lista de Peças	
ANEXO V Modelo de Garantia Bancária	
ANEXO VI Modelo de Seguro-Caução	
ANEXO VII Modelo da Guia de Depósito	
ANEXO VIII Modelo de Declaração	

Artigo 1.º
Objeto do concurso

1. O presente procedimento de contratação tem por objeto a “Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO”, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos.
2. Este procedimento reveste a forma de concurso público, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1) do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua versão atualizada e republicada pelo decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com vista à celebração de um contrato de aquisição de bens móveis, previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do CCP.
3. Os bens objeto do presente concurso classificam-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) 34300000-0, correspondentes à descrição de “Peças e acessórios para veículos e seus motores”, indicado no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2.º
Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, através da Direção Municipal de Higiene Urbana, Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Avenida Infante Dom Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa, freguesia dos Olivais, sendo o concurso realizado através do Departamento de Aprovisionamentos, Divisão de Contratação Pública, sita no Campo Grande, n.º 25, 9.º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt.

Artigo 3.º
Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, aprovada em reunião de __/__/__, através da Proposta n.º __/__, e a competente repartição de encargos foi autorizada pela Assembleia Municipal de Lisboa na reunião de __/__/__, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 4.º
Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. O presente procedimento processa-se, integralmente, na plataforma eletrónica “acinGov”, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <https://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da lei n.º 96/2015, de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “acinGov” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

3. O programa do procedimento e o caderno de encargos podem ser consultados na plataforma eletrónica "acinGov", mencionada neste artigo.
4. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica "acinGov" durante o período indicado no número anterior, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
5. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
6. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica "acinGov". A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
7. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707451451.
8. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica "acinGov".
9. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. No primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. Até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo anterior sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo anterior, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º
Agrupamentos

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 4, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 9.º
Proposta e documentos

1. A proposta, declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) elaborado com base no ficheiro a que se refere o Anexo I e que deverá ser importado em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt> e posteriormente preenchido de acordo com as informações aí constantes, a saber:
 - i. "Sou um operador económico";
 - ii. "Importar um DEUCP";
 - iii. Carregar documento" – Selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>;
 - iv. Selecionar o país do concorrente;
 - v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;No final, guardar o ficheiro e imprimir em formato PDF para apresentação com a proposta.
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contêm os atributos da proposta:
 - i. Proposta elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante e que deve ser integralmente preenchido;
 - ii. Preenchimento do Quadro constante no anexo IV (Lista de peças) desde programa de procedimento, em formato Excel;
 - c) Documento comprovativo em como o concorrente é distribuidor autorizado de peças da marca Iveco emitido pela marca (seja pelo representante oficial da marca em Portugal, devidamente

comprovado, seja pela própria empresa proprietária da marca, podendo neste último caso o documento ser apresentado em língua inglesa ou italiana).

2. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
6. No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser preenchida autonomamente por cada uma das entidades que integram o agrupamento.
7. Os documentos da proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em português, pelo que se escritos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, com exceção dos referidos na parte final da alínea c) do n.º 1.
8. São excluídas as propostas que não apresentem todos os documentos elencados no presente artigo ou que não os apresentem em respeito pelas regras definidas.

Artigo 10.º **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Artigo 11.º **Modo de apresentação das propostas**

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica "acinGov" até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica "acinGov" com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato *zip* ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas dos artigos dos artigos 146.º e 57.º do CCP.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na *internet*, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante, o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública "*acinGov*", pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 12.º

Prazo para apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante, através da plataforma eletrónica "*acinGov*", **até às 23:59h do dia indicado na referida Plataforma**.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

Artigo 13.º

Abertura de propostas

1. O Júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica "*acinGov*".
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 15.º

Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

Artigo 16.º

CrITÉrio de adjudicação

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade da melhor relação qualidade-preço, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP e de acordo com os fatores de avaliação e restantes regras constantes do Modelo de Avaliação de Propostas que constitui o Anexo III do presente programa de procedimento e dele faz parte integrante.

Artigo 17.º

Esclarecimentos e suprimientos das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

5. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 18.º

Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "acinGov", para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente artigo.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 19.º

Adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo

seguinte e para, no mesmo prazo, prestar caução, se devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º, indicando expressamente o seu valor.

4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este seja reduzido a escrito.

Artigo 20.º

Documentos de habilitação e modo de apresentação

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica "acinGov", no prazo de dez dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo VIII ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.
3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
7. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
8. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
9. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 10 (dez) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica "acinGov".

Artigo 21.º
Caução

1. A caução, fixada no valor de 5% do preço contratual, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração e deve ser prestada por qualquer dos meios admitidos no CCP.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
3. Quando a caução for prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou depósito em dinheiro, deverão ser adotados os termos dos modelos constantes dos Anexos V, VI e VII (Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Modelo de Guia de Depósito) deste programa de procedimento e que dele fazem parte integrante.

Artigo 22.º
Minuta e outorga do contrato

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 23.º
Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução e emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 24.º
Impugnações administrativas

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos – decisões administrativas ou peças de procedimento - devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica "acinGov".

Artigo 25.º

Prevalência

As normas do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 26.º

Possibilidade de adoção de ajuste direto

O Município de Lisboa pode recorrer ao ajuste direto para contratação de serviços similares, desde que os mesmos estejam em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

Artigo 27.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica.

ANEXO II Minuta da Proposta

1 - ... (nome(s), número(s) de documento de identificação e morada(s)), na qualidade de representante(s) legal(is), com poderes para o presente ato, de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter tomado inteiro e perfeito conhecimento das peças do procedimento de Concurso Público para "Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO" – Processo n.º 14/CPI/DA/DCP/2018, declara(m), sob compromisso de honra, que a(s) entidade(s) sua(s) representada(s), em caso de adjudicação da sua proposta, se compromete(m) a fornecer todos os bens objeto do respetivo contrato, de acordo com os seguintes atributos, termos e condições:

- a) Valor do somatório dos preços totais das peças, calculado no Anexo IV do Programa de Procedimento: _____ (euros em algarismos e por extenso)¹;
- b) *Rappel* (em percentagem) a aplicar sobre o montante total faturado anualmente (em euros/ano), de acordo com o disposto no n.º 5 da cláusula 5.ª do Caderno de Encargos (se aplicável):

Escalão	Objetivo de faturação anual	Percentagem de <i>rappel</i>
1	... €/ano	... %
2	... €/ano	... %

(adicionar ou retirar linhas, conforme necessário)

- c) Prazo máximo de entrega, em conformidade com o disposto na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos: _____ dias úteis²;
- d) Descontos em percentagem a aplicar sobre a tabela de preços de venda ao público (PVP) das peças ainda não incluídas na tabela em vigor (conforme Anexo IV do Programa do Procedimento), em conformidade com o disposto nos n.ºs 3 e 4 da cláusula 5.ª do Caderno de Encargos e discriminados de acordo com os grupos de peças identificados na tabela seguinte (se aplicável):

Letra	Grupo de peças	Desconto
P	Alta rotação	... %
Q	Rotação normal	... %
R	Média rotação	... %
U	Grupos completos e recondicionados	... %

- e) Esquema de revisão de preços, indicando os fatores que determinam a revisão e quando é efetuada, se for caso disso, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 2 da cláusula 5.ª do Caderno de Encargos: _____ (se aplicável);

¹ O valor do somatório dos preços totais deve ser inferior ou igual a 400.000€ (quatrocentos mil euros), sob pena de exclusão da proposta.

² O prazo máximo de entrega deve ser inferior ou igual a 5 dias úteis, sob pena de exclusão da proposta.

- f) Prazo de garantia, em conformidade com o disposto na cláusula 7.^a do Caderno de Encargos: _____ anos³.

À quantia supramencionada acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Declara(m) também que se compromete(m) a fornecer, em regime de comodato, dois equipamentos de identificação de avarias e a garantir a sua atualização durante a vigência do contrato, incluindo a troca dos equipamentos sempre que tal se justificar.

Mais declara(m) que se compromete(m) a disponibilizar meios para identificação das peças Iveco, a partir dos números do chassis das viaturas ou outro, seja através da cedência de um software de identificação de peças, através de acesso a uma plataforma de identificação de peças via internet ou através de outro meio, e garantindo o acesso ao mesmo durante a vigência do contrato.

Declara(m) ainda que se compromete(m) a executar o respetivo contrato em conformidade com o conteúdo do respetivo Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara(m) aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, se submete(m), em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita(m) como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data e Assinatura

³ O prazo de garantia deve ser superior ou igual a 2 anos.

ANEXO III Modelo de Avaliação de Propostas

1. Considerações Gerais

1.1. O critério de adjudicação fixado é o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em consideração os seguintes fatores e ponderações:

- A) Preço total anual dos artigos constantes do Anexo IV 75 %
- B) Prazo máximo de entrega..... 15 %
- C) Desconto sobre a tabela PVP 10 %

1.2. A adjudicação é efetuada ao concorrente cuja proposta obtiver a pontuação global mais elevada.

1.3. Em caso de empate, será considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que obtenha a melhor pontuação parcial no fator “Preço total anual dos artigos constantes no Anexo IV”. Mantendo-se o empate, considerar-se-á a proposta com a melhor pontuação parcial no fator “Prazo máximo de entrega” e assim sucessivamente.

1.4. Em caso de empate no fator “Desconto sobre tabela PVP”, considerar-se-á a proposta que apresente o preço unitário mais baixo para o seguinte artigo:

Código	Referência	Designação
215376	IV 7187613	Eixo traseiro IV Eurocarga ML 100

1.5. Mantendo-se ainda o empate, o desempate será efetuado por sorteio presencial.

1.6. Para definição das fórmulas será utilizada a seguinte simbologia:

P_G = Pontuação global

P_{PT} = Pontuação parcial no fator “Preço total anual dos artigos constantes do Anexo IV”

P_{PE} = Pontuação parcial no fator “Prazo máximo de entrega”

P_{DT} = Pontuação parcial no fator “Desconto sobre tabela PVP”

$VSPT$ = Valor do somatório dos preços totais das peças do Anexo IV em euros

VER = Valor esperado do *rappel* em euros

PME = Prazo máximo de entrega em dias úteis

$DEPVP$ = Desconto esperado sobre a tabela de PVP

2. Fator “Preço total anual dos artigos constantes do Anexo IV”

A pontuação parcial de cada proposta segundo este fator será determinada de acordo com as seguintes expressões matemáticas:

$$VER = \sum_{i=1}^n O_i \times perc_i \times [P(O_i) - P(O_{i+1})]$$

Em que:

- i corresponde a cada escalão de *rappel* $\in \{1, \dots, n\}$;
- O_i corresponde ao objetivo de faturação anual estabelecido para o escalão i na proposta do concorrente;

- $perc_i$ corresponde à percentagem de *rappel* estabelecida para o escalão i na proposta do concorrente;
- $P(O_i)$ corresponde à probabilidade de ser faturado anualmente o montante O_i de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$P(O_i) = \begin{cases} 1 - 0,0000005 \times O_i & \text{se } 0\text{€} \leq O_i < 200.000\text{€} \\ 1,43(3) - 0,0000026(6) \times O_i & \text{se } 200.000\text{€} \leq O_i < 500.000\text{€} \\ 0,225 - 0,00000025 \times O_i & \text{se } 500.000\text{€} \leq O_i < 800.000\text{€} \\ 0,075 - 0,0000000625 \times O_i & \text{se } 800.000\text{€} \leq O_i < 1.200.000\text{€} \\ 0 & \text{se } O_i \geq 1.200.000\text{€} \end{cases}$$

Em que: $P(O_{i+1}) = 0$ se $i + 1 > n$

A tabela seguinte ilustra (mas não prevalece sobre) a fórmula de cálculo do VER para dois escalões de *rappel* hipotéticos:

i	O_i	$perc_i$	$P(O_i)$	$P(O_{i+1})$	VER_i
1	200.000€	2%	0,9	0,36(6)	2.133,33€
2	400.000€	3%	0,36(6)	0	4.400,00€
$VER =$					6.533,33€

$$P_{PT} = 19 \times [1 - (VSPT - VER) / 400.000] + 1$$

Se a proposta do concorrente não apresentar qualquer desconto de *rappel* a sua pontuação parcial neste fator é igual a 1 (um) ponto.

3. Fator “Prazo máximo de entrega”

A pontuação parcial de cada proposta segundo este fator será determinada de acordo com a seguinte expressão matemática (sendo que a pontuação máxima é de 20 pontos):

$$P_{PE} = (99 - 19 \times PME) / 4$$

4. Fator “Desconto sobre a tabela PVP”

A pontuação parcial de cada proposta segundo este fator será determinada de acordo com as seguintes expressões matemáticas:

$$DEPVP = 0,4 \times Desc(P) + 0,3 \times Desc(Q) + 0,2 \times Desc(R) + 0,1 \times Desc(U)$$

Em que Desc(P), Desc(Q), Desc(R) e Desc(U) correspondem aos descontos (em percentagem) sobre a tabela de PVP das peças não identificas no Anexo IV e incluídas, respetivamente, nos grupos P (Alta rotação), Q (Rotação normal), R (Média rotação) e U (Grupos completos e recondicionados).

Se a proposta do concorrente não apresentar qualquer desconto sobre a tabela de PVP, o valor de DEPVP é igual a 0%.

- Se DEPVP for inferior a 1%, então:

$$P_{DT} = 1$$

- Se DEPVP for superior ou igual a 1% e inferior a 40%, então:

$$P_{DT} = 17 \times \text{DEPVP} / 39\% + 61 / 39$$

- Se DEPVP for superior ou igual a 40%, então:

$$P_{DT} = \text{DEPVP} / 59\% + 1081 / 59$$

5. Pontuação global

A pontuação global de cada proposta será determinada através da aplicação da seguinte fórmula:

$$P_G = 0,75 \times P_{PT} + 0,15 \times P_{PE} + 0,10 \times P_{DT}$$

ANEXO IV Lista de Peças

Ficheiro eletrónico em formato Excel disponibilizado na plataforma eletrónica.

ANEXO V
Modelo de Garantia Bancária

O Banco (nome da instituição de crédito), com sede em(morada), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (.....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa, sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20.....

Observações:

- 1 - Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.
- 2 – Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do imposto.

ANEXO VI Modelo de Seguro-Caução

A Companhia de Seguros....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de Lisboa, vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20....

Observações:

- 1 - Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.
- 2 – Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do imposto.

ANEXO VII
Modelo da Guia de Depósito

Euros..... €

Vai(*nome do adjudicatário*), residente (ou com escritório) em na
depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por
extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito-
caução exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público n.º
.....”, de harmonia com o disposto no Programa do
Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º, datado dede de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data,

Assinatura,

ANEXO VIII

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]
]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.